



**Ata da 51ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da  
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande**

1           Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas e  
2 quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Auditório de Educação Ambiental do  
3 Jardim Botânico, Porto Alegre/RS, os membros do Conselho Deliberativo da APA do Banhado  
4 Grande presentes para a Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente do Conselho  
5 Deliberativo, Sra. Letícia Rolim Vianna.

6 Div. Pesq. Manut. Coleções/SEMA – Jan Karel Felix Mahler Junior  
7 Prefeitura de Glorinha – Priscilla Kiscporski  
8 Prefeitura de Viamão – Bruna Oliveira  
9 Prefeitura de Gravataí – Valeska Marquette  
10 Prefeitura de Gravataí - Paulo Roberto Muller  
11 Comitê de Bacia do Gravataí – Sergio Cardoso  
12 SEMA – Letícia Rolim Vianna  
13 SEMA – Cecília Schuler Nin  
14 INCRA – Paulo Heerd Junior  
15 FEPAM – Clebes Brum Pinheiro  
16 FEPAM – Roberta Ferreira Soares  
17 CORSAN – Ester da Silva Guimarães  
18 AAFISE – Marthin Zang  
19 LBV – José Joaquim Rodrigues  
20 Quilombo Anastácia – Berenice Gomes de Deus  
21 Quinta da Estância – Lucídio Goelzer  
22 EMATER – Suzana Lunardi  
23 EMATER – Vanessa Rosa dos Santos Sperotto  
24 FIERGS – Alcídio Eduardo Bottin da Silva  
25 FIERGS – Leonardo Silveira Ritta  
26 FIERGS – Tiago José Pereira Neto  
27 Sind. Rural Gravataí/Glorinha – Manoel Ignácio Vieira Valin  
28 APNVG – Tânia Maria Dias Peixoto  
29 ACAMPA – Arnildo Hasper  
30 CURICACA – Alexandre Krob

31 **1. Plano de Manejo**

32       **1.1.**       A reunião foi aberta pela presidente do Conselho, Letícia Rolim Vianna, que  
33 informou que a reunião extraordinária foi marcada por solicitação do conselho com o intuito  
34 de levar as consultorias envolvidas no Plano de Manejo para mostrar o andamento dos  
35 produtos a fim de socializar as informações e os eventuais gargalos diante do conselho e da  
36 Promotora de Justiça. A pauta da reunião foi exclusivamente o Plano de manejo e foi  
37 estruturada com o Meio Biótico fazendo a primeira fala, a Socioeconomia a segunda e o  
38 Planejamento a terceira. Cada bloco teve 20 minutos de fala, as dúvidas foram abertas no  
39 final das três apresentações e por último um breve espaço para assuntos gerais.

40 **1.2.       Meio Biótico**

41 Jan Karel (SEMA) recapitulou um pouco do histórico desde os levantamentos, reuniões de  
42 alinhamento, planejamento de grupos e áreas a serem amostrados. Lembrou a época em que



43 o Conselho juntamente com a Equipe Técnica elaborou as perguntas orientadoras no início  
44 da elaboração do Plano. Os levantamentos ocorreram pensando em como cada grupo  
45 responderia as perguntas norteadoras. Ao invés de fazer um levantamento exaustivo de  
46 espécies ocorrentes na APABG foi empenhado esforço maior em espécies relevantes e de  
47 maior interesse para a UC. Entre as espécies de maior relevância se avaliou quais teriam  
48 perfil para ser alvos de conservação, desta forma ao definir-se um alvo de conservação não  
49 somente ele estará protegido mas também outras espécies, formações ou ambientes que  
50 estão fortemente ligados aos objetivos de conservação da APA do Banhado Grande. Desta  
51 forma se pode pensar no planejamento e desenvolver ações que protejam os objetivos da UC  
52 e seus alvos. Para as outras espécies usou-se dados secundários.

53 Esse processo não está concluído, será finalizado com a participação do conselho. Até o  
54 presente momento foram definidos e enquadrados no Plano de Manejo algumas espécies de  
55 fauna e flora, mas sempre com o objetivo de expandir para ambientes que caracterizem os  
56 objetivos de conservação da APA. Portanto os alvos de conservação não precisam ser  
57 obrigatoriamente espécies de fauna ou flora, podem também ser formações, ambientes ou  
58 formatos sócio culturais. Relatou como foi o trabalho com a equipe multidisciplinar, disse que  
59 profissionais da DUC, FZB, UFRGS, de outras entidades, foram os atores que ajudaram a  
60 construir esse planejamento com base em uma linha de raciocínio sobre as espécies e  
61 ambientes, as ameaças que cada uma sofre, as ações prioritárias para sua conservação.  
62 Tudo isso foi feito para que se pudesse mapear a UC em unidades de paisagens com seus  
63 corredores, formações vegetais, suas espécies e características próprias. Os impactos e  
64 ameaças também foram constantemente levados em consideração no momento de direcionar  
65 as ações a ser realizadas com o objetivo de planejar e proteger as espécies e ambientes  
66 alvo.

67 A apresentação do meio biótico citou basicamente as mesmas informações das  
68 apresentações anteriores como a da 48ª Assembleia Ordinária, a diferença desta  
69 apresentação para as outras foi mais no sentido de explicar a importância dos alvos de  
70 conservação e a forma com que estão sendo definidos. Falou também sobre os alvos de  
71 conservação indicados pela equipe e que serão tema de discussão nas oficinas referentes a  
72 este tema.

### 73 **1.3. Socioeconomia**

74 Neste tema quem apresentou foi a vice coordenadora da equipe da FAURGS, a bióloga e  
75 geógrafa Lucimar Vieira. A equipe é composta por biólogos, geógrafos, uma eng. agrônoma e  
76 uma arqueóloga. A apresentação foi baseada no termo de referência onde relatou o  
77 andamento dos trabalhos até a data da reunião. Dos vinte e poucos itens relacionados no TR,  
78 alguns já foram finalizados, outros estão em vias de acabar e 3 deles a equipe entende que  
79 não é de sua competência. Alguns relatórios parciais foram entregues e devolvidos com  
80 apontamentos que serviram para direcionar a finalização dos estudos. Contextualização está  
81 finalizada, as unidades de paisagem (item 6 do TR) também estão prontas contendo  
82 questões geológicas, geomorfológicas, climatologia, hidrografia, pedologia, compartimentos  
83 da paisagem, caracterização do balanço hídrico, caracterização da vazão ecológica com  
84 hidrograma, apreciação sobre os processos erosivos em curso no complexo do banhado  
85 grande, com identificação das possíveis causas e propostas de ação para sua mitigação e  
86 contenção a partir de análises temporais de imagens de satélite, caracterização da dinâmica  
87 das áreas inundáveis e banhados a partir da análise temporal da imagem de satélite. Os  
88 outros itens do TR estão praticamente protos, faltando apenas informações de campo para



89 identificar detalhes para refinamento de dados. Disse que até o momento não foram a campo  
90 e que assim que isso acontecer os produtos faltantes poderão ser entregues.

91 Os itens do TR que a equipe entende não ser de sua competência são: 11) obtenção de  
92 dados batimétricos atualizados para modelagem de vazão do sistema, 18) análise da  
93 contribuição das diversas práticas de manejo adotadas no cultivo de arroz irrigado com a  
94 retenção de água no sistema, redução de sedimentação, redução da contaminação hídrica  
95 por agrotóxicos, 19) caracterização dos efeitos das cotas da barragem existentes no  
96 banhado dos pachecos sobre o mesmo.

97 Localização e contexto político territorial está pronta contendo a regionalização da APA e dos  
98 municípios inseridos nela a nível de COREDEs e micro regiões do IBGE.

99 Principais vias de acesso da APA já está finalizada.

100 Geo-história ainda não foi entregue, pois não estava definido como informação a ser  
101 entregue nos relatórios parciais até o momento mas está em vias de concluir faltando apenas  
102 o campo também. O professor Aldomar que está encarregado por este tema e sua análise  
103 deste tema descreve questões desde os primeiros colonizadores desta região até o presente.  
104 A estrutura fundiária também foi descrita assim como o levantamento etno arqueológico a  
105 partir das pesquisas do IFAN. Também foram analisados sítios arqueológicos e comunidades  
106 tradicionais que precisam de campo para finalização.

107 Socioeconomia também foi citada explicando a metodologia usada para captar e escrever  
108 sobre as informações dos setores censitários rurais e urbanos e municípios, com  
109 levantamentos de informações do IBGE e muitos mapas.

110 Os produtos entregues e analisados foram revisados e melhorados de acordo com as  
111 solicitações. Processos erosivos, diagnóstico de uso e cobertura do solo, levantamento e  
112 mapeamento de substâncias mineradas e suas fases de licenciamento, dinâmica de áreas  
113 agrícolas, fatores e vetores da pressão ambiental, qualidade edáfica do solo, todos esses  
114 temas foram revisados e descritos no relatório. As Unidades de Paisagens dividiram a APA  
115 em 9 e estão quase finalizadas com seus usos mapeados. Foram mostrados alguns mapas.

116 Qualidade da água e hidrodinâmica também foram descritos e contidos em relatório já  
117 entregue, faltando os resultados da última coleta. Chamou atenção a elevada quantidade de  
118 alumínio na análise.

119 Quanto as perguntas norteadoras, as mesmas estão sendo respondidas a medida que as  
120 análises são terminadas.

#### 121 **1.4. Planejamento**

122 Audibert (consultoria Biolaw), coordenador do trabalho, iniciou falando que o Planejamento é  
123 a etapa onde as informações do diagnóstico são analisadas e processadas, este plano terá  
124 inovação pois será estruturado em um formato diferente do tradicional. Já iniciou o trabalho  
125 com os alvos de conservação mesmo sem o diagnóstico estar totalmente concluído, e isso se  
126 torna possível exatamente pelo fato de estar sendo utilizada uma metodologia aprimorada.  
127 Na sua apresentação, comparou os dois modelos metodológicos de construção de Plano de  
128 Manejo. O primeiro com um diagnóstico extenso e extremamente completo compilado em  
129 três grandes capítulos. O segundo com uma análise integrada que parte do zoneamento e  
130 organiza em regiões por tipo de uso. O primeiro modelo resultava em um plano de manejo  
131 bastante complexo que definia muitas ações a serem executadas ao mesmo tempo, e  
132 dificultavam a eficiência dos resultados além de ser caro, deixando pouco ou nenhum recurso



133 para a implantação dos programas. A ideia que mudando o método, com um volume menor  
134 de informações de base se avance se avance nas estratégias e programas de conservação  
135 realmente importantes para a UC, assim o custo da busca minuciosa de informações não tão  
136 relevantes pode ser realocado para implantação de programas. O alvo de conservação é o  
137 foco e em torno dele se traça as estratégias necessárias para sua conservação.

138 Em resumo, numa abordagem geral todos os problemas devem ser elencados, independente  
139 da sua relação com os alvos; na abordagem de alvos de conservação, só se foca nas  
140 questões que interferem neste alvo.

141 Na nova proposta metodológica, as informações são organizadas em notas técnicas, que são  
142 apêndices detalhados de uma análise integrada, o que facilita o manuseio e atualização, pois  
143 essas informações não estarão presas em uma estrutura fechada podendo haver acréscimo  
144 de documentos, estudos e informações ao longo do tempo sem prejuízo ao documento como  
145 um todo. Desta forma não há necessidade de reedição do plano de manejo caso se queira  
146 adicionar informações. Nesse novo formato há o entendimento de que o diagnóstico é um  
147 processo dinâmico que vai se atualizando a medida do passar do tempo e da necessidade.

148 O zoneamento é uma fotografia que deve estar integrada a esse processo organizando por  
149 grau de relevância cada tema permitindo que os alvos de conservação sejam desenhados de  
150 forma mais compreensível para todos.

151 O Plano de Manejo é um sistema de gerenciamento no formato de documento de em média  
152 50 páginas, manuseável e mais ou menos permanente no tempo, com vários planos de ação  
153 (portifólios) integrados pelo entendimento dos alvos de conservação e da forma com que eles  
154 se distribuem na UC. Os planos de ação podem estar em níveis de andamento diferentes  
155 dando mais flexibilidade ao processo de gestão. O Plano de Manejo, tem a função de dar  
156 sentido para os planos de ação

157 De acordo com a estrutura utilizada pelo ICMBIO, o PM se divide em componentes  
158 fundamentais: Propósito, Declaração de Significância, Recursos e Valores Fundamentais,  
159 Zoneamento, Atos Legais, Administrativos e Normas.

160

## 161 **1.5. Manifestações**

162 Leonardo (economista FIERGS), manifestou preocupação com relação a elaboração do PM  
163 com uma parte técnica posterior sem atenção a questões que julga importantes do ponto de  
164 vista de pressões econômicas. Pergunta se/quando receberão material que diga respeito a  
165 processos produtivos, cadeias de produção, indústrias, tipo de agricultura existente em cada  
166 lugar mapeado dentro da APA, se existe análise de pressão de crescimento demográfico pra  
167 dentro da APA ou em algum ambiente específico. Entende que essas questões são muito  
168 importantes e devem ser levadas em consideração no momento da análise global.

169 Lucimar (consultoria FAURGS) informa informou que pretende entregar essa parte até o dia  
170 20 de dezembro de 2019, porém a questão referente às indústrias, da forma que foi indagado  
171 por Leonardo (economista FIERGS), não tem e não há como apresentar um cenário tão  
172 amplo e detalhado, por isso optaram por focar na análise das indústrias que tem registros de  
173 licenciamento. Quanto à expansão urbana principalmente nas áreas rurais e de banhado, já  
174 foi analisado, inclusive as imagens temporais de satélite, e escrito a esse respeito, o único  
175 porém é que estas informações não estão tão refinadas como o planejado por conta da falta  
176 de saídas de campo.



177 Leonardo (economista FIERGS) segue reforçando sua preocupação pela falta de um  
178 economista na equipe e entende que é um problema do ponto de vista metodológico. Se  
179 colocou a disposição para conversar a respeito de dados que a FIERGS entende importantes  
180 e estão disponíveis.

181 Jorge (produtor rural), entende que questão econômica é o principal ponto do processo

182 A questão ambiental apareceu de forma inversa de acordo com sua ótica pois foi dada mais  
183 ênfase ao meio ambiente do que a economia. O produtor rural já está cedendo 20%  
184 (referindo-se a Reserva Legal), já está cedendo no licenciamento (já está regularizado),  
185 questiona a validade de informação do INCRA, diz que o índice de adesão ao CAR no RS é  
186 de quase 100% e pede a fonte da informação. Também questiona o formato das informações  
187 referentes as análises de qualidade de água pois foram informados os valores dos  
188 parâmetros analisados e levantadas algumas hipóteses que pudessem explicar o alto índice  
189 de algumas substâncias. No seu ponto de vista a consultoria deve dar respostas precisas.  
190 Faz uma analogia aos relevos do interior da APA com idiomas. Diz que dos 5 tipos de relevo  
191 que existem no RS, a APA tem 4 deles, e pergunta quem consegue falar 4 línguas de 5. Usa  
192 essa analogia para dizer que não há como entender cada ambiente num processo só, que  
193 cada relevo deve ter um processo de análise próprio. Diz que quer mais do que está sendo  
194 feito, pois os estudos estão mais voltados para as questões ambientais, não considerou as  
195 questões de imigração (êxodo rural), questionou a entrada da hipótese levantada pelos  
196 pesquisadores da relação do alumínio excessivo na água com a incidência de Alzheimer.  
197 Disse que se não tem como comprovar, não deve nem entrar no relatório neste momento.

198 Lucimar (consultoria FAURGS) explica que essas questões mais detalhadas de perfil dos  
199 moradores do interior da APA, êxodo rural, entre outras, terão mais informações após os  
200 campos. Com relação aos dados do CAR, informa que os dados utilizados são oficiais,  
201 fornecidos pelo INCRA, e, portanto estão corretos.

202 Sr. Jorge (produtor rural) coloca como colaboração a informação de que existe o SENSO  
203 Rural e Lucimar (consultoria FAURGS) explica que as informações do CENSO Rural não é  
204 dividido por setor censitário e sim por municípios, o que inviabiliza o uso desta fonte para a  
205 análise apenas do interior da APA.

206 Letícia (SEMA) lembra a todos que a solicitação da presença das consultorias no Conselho  
207 era para que fosse apresentado o grau de evolução dos trabalhos, que era de conhecimento  
208 de todos que nenhuma das consultorias estava com sua parte totalmente conclusa e que,  
209 portanto certamente apareceriam lacunas de informação nas apresentações em maior ou  
210 menor grau, dependendo da consultoria ou do tema.

211 Jan Karel (SEMA) lembra que “existe vida após o plano de manejo”. As vezes o pesquisador  
212 vai pra campo analisar um aspecto e volta com 5 questionamentos que não havia pensado e  
213 que ganham importância, além disso com o tempo as coisas vão mudando e as vezes um  
214 aspecto que era sensível deixa de ser e vice versa. A abordagem das notas técnicas  
215 possibilita que essas revisões e aprimoramentos sejam sempre contínuos, e isso traz um  
216 ganho para a gestão.

217 Alexandre Krob (Instituto Curicaca) solicita a presença do Ministério Público e Letícia  
218 apresenta a Promotora Roberta que está participando da Reunião. Segue falando que o  
219 Planejamento apresentou dois métodos de construção de PM diferentes, o clássico e o  
220 formato novo adotado pelo ICMBio. Entende que na prática estamos ainda adotando o  
221 formato antigo apesar de querer fazer pelo novo modelo. Explicou que nosso diagnóstico está



222 sendo feito de acordo com a metodologia antiga, com muito esforço na caracterização e  
223 diagnósticos. Dessa forma terão que ser pinçadas as informações do diagnóstico o que  
224 interessa do ponto de vista da elaboração da estrutura nova. Disse que deve ter um conjunto  
225 de programas específicos que não sabe se já estão definidos, pois na última reunião ninguém  
226 soube informar. Que esses programas específicos demandam informações específicas para  
227 serem elaborados. Estamos trabalhando com uma perspectiva nova de alvos de  
228 conservação, que estão associados a pressões e ameaças (quais atividades econômicas,  
229 onde estão, quais suas dimensões...), dentro do território. Tem um esforço que precisa ser  
230 feito dentro do planejamento no sentido de construir essas correlações. Pela apresentação da  
231 socioeconomia, não conseguiu entender se estarão disponíveis informações de pressões e  
232 ameaças reais no território. Pergunta como a socioeconomia trará essas informações para  
233 utilização nesses programas específicos de forma que contribuam para a gestão das  
234 pressões e ameaças aos alvos. Essa questão deve ser tratada com cuidado pq a partir do  
235 término dos estudos socioeconômicos existe um curto tempo para o planejamento para  
236 elaboração das dinâmicas e oficinas e somente após isso se entra no desenvolvimento dos  
237 programas e na estrutura do plano, e para o Curicaca, esse é o coração do Plano de Manejo.  
238 Entende ser um grande desafio, conseguir com que as informações da socioeconomia e meio  
239 biótico consigam subsidiar esse planejamento específico no curto espaço de tempo que  
240 temos. Perguntou sobre a presença do MP, pois entende que parte da discussão, que diz  
241 respeito a estratégia e planejamento, tem a ver com a análise de prazo, exequibilidade e  
242 garantias para que se chegue ao final do processo com o Plano de Manejo estruturado.

243 Lucimar (consultoria FAURGS) reforça sua fala inicial dizendo que dos vinte e quatro itens do  
244 termo de referência, três não serão respondidos por falta de estrutura, as outras 21 serão  
245 todas respondidas, algumas já serão entregues até o dia 20 de dezembro de 2019, outras já  
246 foram acordadas com a SEMA que serão entregues em janeiro e fevereiro, quanto aos  
247 programas (planos de ação), a FAURGS não sabe quais e como serão pois não é  
248 responsabilidade deles, o que garantiu é que os itens do Termo de Referência serão todos  
249 feitos e entregues. Algumas coisas, como as informações das indústrias, o grupo achava que  
250 não era necessário fazer, mas como a SEMA solicitou, esses dados serão entregues.

251 Alexandre Krob (Instituto Curicaca) pergunta pelo prazo final para a entrega de todas as  
252 informações e Lucimar (consultoria FAURGS) responde que em 20 de fevereiro será a  
253 entrega final.

254 Paola (SEMA), contribui com a fala de Jorge (produtor rural), explicando que a FAURGS está  
255 fazendo um retrato da APA, então quando se detecta dados como o alto índice de alumínio  
256 na água em um determinado ponto, esse fato tem que ser apresentado, e como não existe a  
257 certeza do motivo que ocasionou esse fato, a consultoria apresenta possíveis causas que  
258 devem ser investigadas. Isso não é uma acusação, é apenas um norte para que se busque o  
259 real motivo para poder trabalhar na melhoria dos parâmetros que estão aquém do esperado.  
260 Caso esse dado seja importante para algum alvo de conservação da APA, então ele será e  
261 investigado trabalhado. Sobre a colocação do Alexandre Krob (Instituto Curicaca), Paola  
262 explica que no caso do PM da APA esta sendo utilizado um pouco de cada uma das  
263 metodologias, a clássica e a dos padrões abertos, desta forma o que foi pensado desde o  
264 começo é que dentro do planejamento já estaria estabelecida a figura dos alvos de  
265 conservação, as análises integradas, e a utilização dos alvos para estabelecimento de  
266 programas e projetos. Como ainda não foi batido o martelo dos alvos de conservação, não há  
267 como se ter os programas e projetos estabelecidos ainda. Essa etapa está prevista desde o  
268 início e será construída baseada nas ameaças e benefícios com a participação social. A



269 questão levantada pelo Alexandre Krob (Instituto Curicaca), foi abordada lá no início do  
270 processo, quando se construiu juntamente com o Conselho Deliberativo as perguntas  
271 orientadoras, baseados nelas é que se verificou a necessidade de alguns levantamentos  
272 tanto da socioeconomia quanto do planejamento para obter informações referentes a essas  
273 questões estratégicas. Desta forma, baseados no conhecimento que o conselho tem da APA,  
274 lá em 2014, foram estabelecidas as perguntas norteadoras que guiaram esses levantamentos  
275 de informação, então parte-se do pressuposto que para alguns temas nevrálgicos essas  
276 informações solicitadas no Termo de Referência seriam suficientes para o planejamento da  
277 UC. A ideia inicial era, ter a informação de base da socioeconomia e biótico, e com esse  
278 material partir para as análises integradas, porém, por conta dos inúmeros atrasos e do prazo  
279 de maio de 2020 estabelecido com o ministério público (inclusive já em pauta de audiência  
280 com a Promotora Roberta), não será possível mantes a ideia inicial. Foi feito um rearranjo  
281 juntamente com o Planejamento, e com o aval da Câmara Temática, onde, considerando que  
282 já temos uma quantidade relevante de informações de base, que avaliamos ser suficiente,  
283 pode-se iniciar as definições de alvos de conservação, as análises das principais pressões e  
284 ameaças desses alvos, e a partir disso iniciar o processo de construção de zoneamento,  
285 programas específicos. Dessa forma mesmo durante ou depois do fechamento do plano, será  
286 possível seguir aportando novas informações de levantamentos da socioeconomia e meio  
287 biótico.

288 A respeito do prazo com o MP, já foi discutido com a Dra. Roberta (Ministério Público), que  
289 existe um esforço muito grande da parte da equipe técnica de coordenação para honrar o  
290 compromisso que tem, mas, por conta de todas as dificuldades que tivemos, sabemos que o  
291 prazo é exíguo, pois o planejamento de uma Área de Proteção Ambiental de 137.000 ha, com  
292 a complexidade que ela tem. Paola concorda com Alexandre Krob (Instituto Curicaca) quando  
293 ele diz ser um prazo muito curto o tempo que restou para o planejamento da APA. A equipe  
294 segue se esforçando para cumprir a meta, de 2 em 2 meses é emitido ao MP um relatório de  
295 acompanhamento que descreve os andamentos do período.

296 Bruna (Prefeitura de Viamão), perguntou se o plano de manejo delimitaria as áreas dos  
297 quilombos existentes na APA ou se usaria um ponto de localização.

298 Lucimar (consultoria FAURGS) responde que para fazer uma delimitação de área de  
299 quilombo é necessário um laudo histórico antropológico e que isso leva de 1 a 2 anos, o que  
300 inviabilizaria a consultoria. Eliandra (PGDR/UFRGS), complementa que o único quilombo  
301 com perímetro estabelecido é o da Anastácia, e as duas outras comunidades quilombolas  
302 tem processo em andamento no INCRA e os estudos sobre o perímetro estão sendo  
303 finalizados, por isso é bom conversar diretamente com o INCRA.

304 Audibert (consultoria Biolaw) responde ao Alexandre Krob (Instituto Curicaca) que a diferença  
305 básica entre o planejamento convencional e essa proposta é uma questão de estratégia. Até  
306 hoje se tentava fazer os planos de bacias, de manejo como planos executivos e sempre se  
307 esbarra na mesma dificuldade do diagnóstico onde se identifica uma relação entre alvos de  
308 conservação ou alvos de bem estar humano e a APA, isso requer um estudo que demora 2  
309 anos e quem tem esses instrumentos é o INCRA. Estrategicamente esses planos geravam  
310 frustração por não ter estratégia, o processo era ineficiente. Nesse novo modelo temos a  
311 vantagem de focar na estratégia, ao invés de estar trabalhando em nível executivo, que às  
312 vezes depende de outros setores e acaba não acontecendo, se trabalha a nível estratégico.  
313 Desta forma se pode utilizar o recurso que sempre é escasso frente aos tantos problemas  
314 que se tem para resolver. Não teremos um nível de aprofundamento de estudos necessário



315 para fazer um projeto executivo em nenhum tema da APA, pois a intenção é fazer um plano  
316 estratégico.

317 Paulo Muller (Prefeitura de Gravataí) disse que gostou muito do formato proposto pelo  
318 planejamento e disse ser muito importante fechar a discussão dos alvos de conservação e  
319 depois continuar definindo os trabalhos necessários pra sua conservação. Disse que  
320 precisamos saber bem quais são as estratégias para “não deixar nada de fora”. Sergio  
321 Cardoso (Comitê Gravataí) conta um pouco da história da criação da APA do Banhado  
322 Grande e relacionadas às questões hídricas. Diz que a intenção é fechar um plano  
323 estratégico, com ações objetivas, e que é indicado que se faça, entre os conselheiros, um  
324 acordo para definir o recorte que se dará para a APA nessa relação com as consultorias.  
325 Nunca foi o desejo de ninguém que ocorressem os atrasos e dificuldades que ocorreram,  
326 porém a situação está posta e o plano tem que ser encerrado e trazendo algumas respostas  
327 importantes, pois existe recurso público investido nisso. Muitos estudos foram pagos com  
328 recurso público, METROPLAN, entre outros, e, o que estamos fazendo com esse monte de  
329 estudos. Temos a missão de terminar o Plano de Manejo da maior UC do RS e independente  
330 de onde cada pessoa se inseriu neste processo, todos são importantes para alcançarmos um  
331 bom resultado. Precisamos avançar numa linha estratégica, entrarmos num acordo e  
332 encerrarmos esse processo em maio.

333 Tiago Pereira (FIERGS) falou que é coordenador da Câmara Técnica de acompanhamento  
334 do plano de manejo, e que todas as discussões mais técnicas relacionadas aos produtos, os  
335 pareceres que a CT fez relacionados aos diagnósticos apresentados até então, foram  
336 discutidos com bastante profundidade. Segundo ele a principal preocupação da CT é ter um  
337 mínimo de informações de base, de alinhamento, para ter as premissas, para discutir as  
338 zonas, e ter bons direcionadores para não haver conflitos nesse processo, pois o Plano de  
339 Manejo e os programas para serem estruturados precisam dessa base de dados mínima que  
340 está disponível e pode ser trazido para a mesa de discussão do conselho como base para  
341 avanços futuros, ou aprofundamento de diagnósticos, ou definição de prioridades, ou tomada  
342 de decisão não conflituosa e com bom desempenho. Que a tomada de decisão seja balizada  
343 com esforço de recurso que é limitado, mas que vai trazer ganhos. A reunião de hoje mostrou  
344 que o parecer da CT foi internalizado no grupo. A CT tentou passar para a UFRGS nos seus  
345 pareceres as premissas que gostaria de ver no trabalho como, por exemplo, estrutura e  
346 indicadores das questões socioeconômicas, atividades especializadas dentro da APA,  
347 geração de receita e empregos, relação das atividades ocorrentes dentro da UC com os  
348 alvos, possíveis ameaças relacionadas com as atividades. Abastecimento de água,  
349 tratamento de esgoto, lixões e aterros sanitários são informações básicas que a CT quer ver  
350 no diagnóstico. O que preocupa é o prazo de 20 de fevereiro para a entrega de diagnóstico já  
351 que ainda tem boa parte do planejamento que depende dessas informações e o prazo final  
352 de entrega do Plano de Manejo é maio de 2020. Tem receio de que não se consiga fazer a  
353 entrega do PM no prazo e que as anuências novamente sejam suspensas como em tempos  
354 atrás já ocorreu. Se dispôs a contribuir fazendo o limiar de indicadores de informações de  
355 base, construir isso também na CT, ver o que é prioridade, e começar esse plano com essa  
356 informações básicas. Coloca que é preciso avançar nisso, essas informações precisam ser  
357 trazidas depois do diagnóstico, conseguir ver isso para iniciar a tomada de decisão a partir de  
358 20 de fevereiro. Esse é um ponto que lhe incomoda como coordenador, quer definir que  
359 passos devem ser dados pela câmara temática, saber como serão as condições do trabalho  
360 da CT no momento que precisam fazer esses alinhamentos. Além disso tem as oficinas, esse  
361 acordo com a câmara temática vai ser a base, depois terão as discussões com a



362 comunidade. Questionou a UFRGS se realmente esses aspectos relacionados a  
363 saneamento, e a importância das atividades econômicas, das riquezas da região estarão  
364 contempladas de uma forma clara e básica no diagnóstico. Perguntou também como está se  
365 pensando a estratégia de integração, as próximas etapas de planejamento com a Biolaw e a  
366 participação da CT neste processo.

367 Lucimar (consultoria FAURGS) disse que se reuniu com a SEMA onde foi trabalhada uma  
368 tabela com as informações de diagnóstico e datas de entrega. A última data definida pelo  
369 grupo para entrega de material é 20 de fevereiro de 2020 e combinaram com a SEMA que  
370 assim que o material vai ficando pronto vai sendo entregue. Em 20 de dezembro já está  
371 prevista a entrega de um primeiro material, e na medida que o trabalho do planejamento vai  
372 avançando podem entrar em contato com a equipe da socioeconomia, que inclusive se  
373 colocou a disposição para participar das oficinas, o que para esta equipe é interessante ter  
374 um retrato das oficinas. A partir de 20 de dezembro de 2019, se precisar de notas técnicas,  
375 do material que já foi entregue a socioeconomia fará e entregará, porém o trabalho final está  
376 previsto para 20 de fevereiro. Salientou que sem os trabalhos de campo os trabalhos são  
377 muito deficitários, pois a realidade tem que ser vista no campo. Como existe a questão  
378 burocrática da FAURGS, onde precisam dos pagamentos da SEMA para fazer os campos,  
379 pois sem o recurso disponível a disponibilização de veículos da FAURGS as diárias e  
380 ressarcimentos não são validados e essa validação para fins de reembolso não pode ser  
381 retroativa. A SEMA se colocou a disposição para fazer a parte logística dos campos, na  
382 intenção de viabilizar e acelerar o processo de conclusão da socioeconomia, mas  
383 infelizmente não podem fazer os campos dessa forma sem abrir mão dos ressarcimentos.

384 Tiago (FIERGS) sugere que na falta dos dados primários é possível usar muitos dados  
385 secundários que podem trazer boas respostas de base para começar, conforme a fala do  
386 economista da FIERGS, Leonardo. Desta forma se utilizaria os dados primários apenas para  
387 complementar os dados secundários de interesse para a apresentação de notas técnicas.

388 Promotora Regional Roberta Teixeira falou que apesar de não ter acompanhado todo o  
389 processo do plano de manejo, está à frente dessa demanda. Contou da reunião que ocorreu  
390 recentemente onde o Diretor do DBio, Diego, o Secretário de Meio Ambiente e as técnicas da  
391 APA, entre outros. Nessa conversa séria e franca ficou clara a preocupação de todos com  
392 relação ao prazo final de entrega do PM, pois, após mal assumir a promotoria, já foi  
393 necessário fazer um acordo com o setor da aviação agrícola, setor produtivo e APABG/SEMA  
394 para pulverização de agrotóxicos por conta da inexistência do Plano de Manejo. Sua  
395 preocupação como Promotora de Justiça é que no ano que vem não seja necessário um  
396 novo acordo, haja vista que o Plano de Manejo deve estar pronto. Nunca se terá todas as  
397 informações necessárias para que se tenha um plano de manejo ideal, por exemplo, a  
398 questão dos quilombos, a responsabilidade é do MP Federal, do INCRA, portanto devemos  
399 respeitar as atribuições de cada Órgão e trabalhar com o que se tem neste momento. O MP  
400 segue com a determinação de que o Plano de Manejo deve ser entregue em maio de 2020,  
401 sem negociação para dilatação de prazo, pois se for concedida mais uma prorrogação, como  
402 tantas outras que já foram concedidas, o PM novamente não vai ser finalizado. Roberta  
403 lembra que na reunião com o Secretário o mesmo se colocou muito preocupado com a  
404 situação e dirigindo-se ao Diretor Diego disse que fariam o que fosse necessário dentro da  
405 Secretaria para concretizar o Plano de Manejo da APA do Banhado Grande. Os relatórios  
406 seguirão sendo cobrados, ficou a disposição para colaborar no que for necessário, porém o  
407 MP não abre mão do prazo de maio de 2020 para entrega do Plano de Manejo. Letícia  
408 (SEMA) se colocou a disposição para enviar o cronograma apresentado na reunião, falou que



409 a última nota emitida que tinha previsão de pagamento para 28 de novembro ainda não havia  
410 sido paga. A Promotora repetiu que o Secretário se comprometeu a fazer tudo o que fosse  
411 necessário e solicitou intervenção do Diretor Diego (DBio/SEMA) para viabilizar os  
412 pagamentos. Pediu desculpas e se retirou para atender outro compromisso.

413 Alexandre Krob (Instituto Curicaca) disse que a estratégia principal já foi definida, que é o  
414 Plano de Manejo a partir dos alvos de conservação, porém a pesar de se ter os alvos os  
415 mesmos ainda não foram consolidados, sugeriu como encaminhamento uma reunião  
416 imediata com os atores estabelecidos para consolidar a definição dos alvos de conservação.  
417 Como primeiro aspecto é necessário entender como esses alvos se distribuem no território  
418 para evitar discussão de conflito em locais que eles não existem. O segundo aspecto a ser  
419 levantados são as pressões e ameaças, é uma perda de tempo ficar buscando tantas  
420 informações que não estão vinculadas as pressões e ameaças aos alvos de conservação.  
421 Disse que é a favor de buscar muitos dados secundários, que dados primários não  
422 necessários para planejamento, porém, que estes sejam úteis para responder as questões de  
423 conflito. O terceiro aspecto levantado foi a revisão das perguntas norteadoras, pois por ter  
424 passado tanto tempo pode ser que algumas delas nem tenham mais sentido, e outras que  
425 não foram pensadas na época e hoje fazem sentido devem ter um esforço dedicado a sua  
426 resposta. O quarto aspecto é saber minimamente quais são os programas, na sua ótica essa  
427 definição deve acontecer agora. Depois disso pode-se rever as informações faltantes e  
428 procurar sanar as lacunas. Atentou para a OIT 169, deve ser feita consulta prévia da  
429 Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais pois a APA tem quilombos no seu  
430 interior e os planejamentos e zoneamentos que afetam os quilombolas devem estar de  
431 acordo com essa norma.

432 Jan Karel (SEMA), lembrou que todo o processo do PM sempre foi muito participativo e em  
433 hipótese alguma, mesmo com a condição de pouco tempo, abriremos mão da participação do  
434 Conselho. A equipe a pesar de ser pequena tem se reunido com bastante frequência para  
435 definir alvos, tentar acelerar alguns processos, e entende que os que veem de fora e ficam  
436 preocupados com o andamento por não verem os movimentos internos. Está previsto para o  
437 início de janeiro a primeira de uma série de reuniões, porém não adianta fazer a reunião sem  
438 ter as informações de necessárias. A equipe quer ter o mapeamento, os alvos um pouco mais  
439 consolidados, articulação com o pessoal da UFRGS para a reunião ser produtiva. Primeiro  
440 será uma reunião mais técnica e em seguida outra com um grupo heterogêneo.

441 Laurindo (consultoria FAURGS) manifestou preocupação com prazo, pois a proposta do  
442 Alexandre Krob (Instituto Curicaca) é inviável por conta do tempo, no que diz respeito a  
443 retornos da UFRGS quanto a algum outro estudo que não estava previsto, pois o cronograma  
444 da socioeconomia prevê a entrega final para 20 de fevereiro.

445 Jan Karel (SEMA) disse que desde o início a intenção era buscar os alvos e a partir deles  
446 detectar as pressões para cada alvo, então o trabalho já tem um norte e as reuniões serão  
447 baseadas nesse contexto para que se monte os programas a partir disso.

448 Paola deu o exemplo do parque Delta do Jacuí e contou que naquele caso foi mostrado para  
449 a promotora da época que o trabalho estava realmente andando e que se ela seguisse  
450 irreduzível com a questão de prazo o documento teria deficiência técnica.

451 Audibert (consultoria Biolaw), falou que os alvos de conservação tem que provar sua  
452 importância, após isso deve se relacionar a base de conhecimento que torna aquele alvo  
453 relevante, quando se faz isso é possível enxergar o plano que precisa ser desenvolvido para



454 a conservação daquele alvo. Uma APA tem uma característica particular em relação as  
455 outras categorias, são as oportunidades, que é a agenda comum e que pelas falas já  
456 identificou uma agenda comum nesta APA. As vezes é bem mais fácil iniciar o processo pela  
457 agenda comum do que pelas pressões. Se conseguirmos identificar 3 ou 4 alvos de  
458 conservação e eles conseguirem trazer uma percepção e um entendimento da UC e mostrar  
459 oportunidades e questões a serem discutidas, então já demos o primeiro passo. Na prática o  
460 Plano não termina agora, ele começa agora, em maio teremos a primeira versão e em cima  
461 dessa versão ele vai começar a se desenvolver. Entende que até maio vamos produzir um  
462 Plano de Manejo que não vai ser ruim, e que a partir dele virão aprimoramentos e  
463 discussões.

464 Diego (DBio/SEMA) se apresentou, explicou sua atuação no Departamento, disse que veio a  
465 reunião a convite da gestora, que com o que foi dito conseguiu ter um entendimento melhor  
466 do que está acontecendo e do andamento do processo. Falou sobre a legislação ambiental,  
467 sobre o CAR, sobre a metodologia do ICMBio, do projeto de renaturalização do Rio Gravataí,  
468 do corredor do cervo do pantanal, do projeto da galharia. Entende que se puderem focar nos  
469 alvos, nas zonas e nas pressões e trazer tudo isso para uma oficina onde todos os atores  
470 ficariam em regime de imersão para desenhar as zonas, então o Plano de Manejo da APA do  
471 Banhado Grande estaria nascendo.

472 Tania (APNVG) contou que a APA Petrópolis usou esse sistema do ICMBio e em menos de 4  
473 anos aconteceram desastres ambientais pois não levaram em consideração o plano de  
474 manejo, pediu para pensarem nisso. Lembrou que Paulo Muller e APNVG já defendem o  
475 corredor do cervo a 40 anos.

476 Jorge (economista FIERGS) se disse preocupado, pois achou radical a fala do Diretor quando  
477 diz que tem que buscar os estudos e ferramentas de planejamento disponíveis e “passar a  
478 régua” nos assuntos.

479 Diego (DBio/SEMA) terminou a reunião falando mais do CAR, na intenção de esclarecer as  
480 regras para sua análise, e também da legislação dos biomas Pampa e Mata Atlântica.

481 Não havendo nada mais a acrescentar, a Presidente do Conselho Deliberativo da Área de  
482 Proteção Ambiental do Banhado Grande, Letícia Rolim Vianna, encerrou a reunião  
483 agradecendo a presença de todos, e eu, Letícia Rolim Vianna, lavrei a presente ata.